

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ATUÁRIA**

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
2º SEMESTRE - 2021**

## **Impacto da Escravidão na Desigualdade de Renda Brasileira**

**Autor:** Pedro Augusto Maniero Nascimento  
**Orientadora:** Prof. Dra. Lorena Hakak Marçal

**São Paulo - SP  
2021**

Pedro Augusto Maniero Nascimento

## **Impacto da Escravidão na Desigualdade de Renda Brasileira**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia

Orientadora: Prof. Dra. Lorena Hakak Marçal

Universidade de São Paulo

São Paulo

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da USP

2021

## SUMÁRIO

### LISTAS

- Listas de Figuras
- Listas de Quadros

### RESUMO

### ABSTRACT

1.	INTRODUÇÃO .....	1
2.	ESCRAVIDÃO NO BRASIL.....	3
3.	DADOS .....	8
4.	METODOLOGIA .....	18
5.	RESULTADOS .....	19
6.	CONCLUSÃO .....	23
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	24

## **Listas**

### LISTAS DE FIGURAS

FIGURA 1 - População (1872 - 2010) .....	9
FIGURA 2 - Grau de Instrução (2010) .....	10
FIGURA 3 - Composição Étnica (1872) .....	11
FIGURA 4 - Composição Étnica (2010) .....	12
FIGURA 5 - Índice de Gini e PIB <i>per capita</i> (2010) .....	14
FIGURA 6 - Indicador L de Theil da desigualdade (2001 - 2019) .....	15
FIGURA 7 - Decomposição da Desigualdade de Renda (2001 - 2019) ..	16

### LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Índice de Gini 2010 .....	19
QUADRO 2 - Porcentagem de Negros em 2010 .....	21

## RESUMO

**Objetivo:** Avaliar os impactos dos níveis históricos da presença da mão de obra escrava com os atuais níveis de desigualdade de renda nos municípios brasileiros.

**Método:** Regressão estatística utilizando dados históricos oferecidos pelo IBGE. Como medida da intensidade da escravidão no município será usada a proporção de escravos em relação a população total, e como medida da desigualdade será utilizado o Índice de Gini da renda domiciliar, outras variáveis socioeconômicas foram utilizadas como controle e para analisar os mecanismos de transmissão da desigualdade observada. **Resultados:** Em linha com o que diz a literatura estabelecida, os resultados mostram que o uso mais intenso da escravidão aumenta a desigualdade de renda do município.

**Código de Classificação JEL:** C10, J10, J15, R10

## ABSTRACT

**Purpose:** To evaluate the impacts of historical levels of slavery on the current levels of income inequality observe in the municipalities in Brazil. **Method:** Statistical regression based on data gathered by IBGE. We use the share of slaves over total population as a proxy for intensity of slave labor in the municipality, and as a variable for income inequality we use the Household Income Inequality Gini Index calculated by the Brazilian Ministry of Health. Other socioeconomic variables will be used as controls and to assess the transmission mechanism of the observed inequality **Results:** In accordance to what the literature describes, the results shows that a larger share of slaves persistently increases the income inequality across municipalities.

**JEL Classification Codes:** C10, J10, J15, R10

## 1- INTRODUÇÃO

O objetivo desta monografia é analisar empiricamente os efeitos da escravidão nas atuais características socioeconômicas do Brasil. Buscamos estudar se a presença deste tipo de regime de produção, mesmo após um século e meio de sua abolição, ainda impacta como as características sociais e econômicas do país se distribuem entre os municípios, principalmente no que diz respeito aos atuais níveis de desigualdade no Brasil.

O modelo de produção de *plantation*, ou seja, monocultura de exportação com mão-de-obra escrava, esteve presente em grande parte do continente americano entre os séculos XVI até o final do século XIX. Investigar os impactos em apenas um país evita uma série de problemas na análise empírica, principalmente a omissão de variáveis independentes, que geralmente se mostra um problema em estudos dessa natureza que analisam o fenômeno de maneira mais abrangente no continente. O Brasil foi o principal destino do tráfico transatlântico de escravos, e devido ao seu tamanho e longa história com a escravidão, dentro do território existe uma diversidade grande tanto geográfica como social e econômica que torna essa investigação viável.

O tema desigualdade de renda está presente na literatura, diversos autores buscam analisar seus fatores causadores e relações entre países que possam explicar como a desigualdade acontece em diferentes partes do mundo. Engerman and Sokoloff (1997, 2005) analisam extensamente como as características históricas dos países explicam a atual performance socioeconômica dos países, de acordo com esses estudos, o clima, qualidade do solo e outros variáveis associadas a favorabilidade a agricultura de certos produtos são os principais fatores para determinar se uma colônia, como era o caso do Brasil, era adequada para extração de renda para a metrópole, nessas colônias é possível observar grande concentração fundiária e uso intensivo da mão-de-obra escrava. Sobre o impacto específico do uso da mão-de-obra escrava é possível citar Lagerlöf (2005), que demonstra que uma parcela maior de escravos nos condados nos Estados Unidos está correlacionado com menor nível de renda atual, e maior desigualdade entre brancos e negros. Outro estudo sobre o tema é de Nunn (2008), que cruza dados de diversos países e encontra uma relação negativa entre escravos *per capita* em 1750

e o valor atual da renda *per capita*. Sabemos que a desigualdade de renda dentro de um país é muito resiliente durante o tempo, de acordo com as séries históricas do Índice de Gini, é muito raro que um país apresente uma queda de mais de cinco pontos percentuais por década, estudos sobre a resiliência da desigualdade existem na literatura, como Deininger e Squire (1996) e Li et al. (1998). Os resultados encontrados por este estudo estão de acordo com o descrito na literatura, no sentido de que a presença da escravidão tem um impacto significativo nos atuais níveis de desigualdade dos municípios.

As próximas seções estão organizadas da seguinte maneira: primeiro, será feita uma análise das características estruturais históricas do regime de produção escravocrata no Brasil, em seguida serão apresentadas estatísticas descritivas das características socioeconômicas do Brasil em dois momentos: em 1872, período que antecedeu a abolição da escravidão e em 2010 que será considerado como representativo das características atuais do Brasil. Após, iremos apresentar a metodologia utilizada, assim como os resultados obtidos. Por último, será apresentada uma conclusão, com base na literatura e nos resultados obtidos, a cerca do impacto da escravidão na desigualdade brasileira.



## **2 - ESCRAVIDÃO NO BRASIL**

Nesta seção iremos apresentar uma descrição da evolução do uso da mão de obra escrava no Brasil, assim como os reflexos vistos na atual situação socioeconômica do país.

O trabalho escravo é inseparável do contexto global econômico dos séculos XVI ao XIX, e consequentemente inseparável da posição de colônia que o Brasil tinha. Ele foi uma ferramenta crucial da expansão ultramarina da península ibérica e foi amplamente utilizada em toda a extensão do continente americano guardando as peculiaridades observadas entre as colônias portuguesas, espanholas e inglesas. A colonização brasileira foi marcada por dois ciclos econômicos, primeiro o açúcar, predominantemente no Nordeste e em seguida o ouro no Sudeste. Ambos os ciclos tiveram uso intensivo da mão de obra escrava com foco na exportação para a metrópole.

Na literatura existente “sentido da colonização” é uma expressão primeiro usado por Caio Prado Júnior, que busca entender a real motivação que levou os europeus a estabelecerem o processo de colonização, esse novo tipo de análise é considerada um salto qualitativo em relação a produção teórica anterior, que focava nos ciclos econômicos brasileiros e apresentava uma ênfase maior na especificidade histórica. Segundo ele, o sentido da colonização era “ explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu”. Isso quer dizer que é necessário entender o processo de colonização como fruto do seu tempo, a era do mercantilismo europeu. As potências européias buscavam indicadores como balança comercial favorável e acúmulo de metais valiosos, nesse contexto então surgem as colônias que podem ser vistas como nada mais do que uma grande empresa comercial, da qual se extraem matérias primas e metais preciosos a baixo custo e se vendem esses insumos no mercado internacional a preços elevados de maneira a obter lucro.

Em sua obra Formação Econômica do Brasil, Celso Furtado (1967), inspirado pelas ideias keynesianas da CEPAL, se aproxima das ideias de Caio Prado Júnior uma vez que enxerga o Brasil como uma economia agrário-exportadora voltada para geração de lucro da metrópole. Furtado se propõe a entender como esse modelo baseado no trabalho escravo foi prejudicial ao desenvolvimento da economia brasileira, ele atribui esse atraso a alguns fatores, como a falta de incentivo para o

progresso técnico e a falta de um mercado interno capaz de absorver a produção. Furtado contribuiu para o aperfeiçoamento do chamado modelo pradiano, uma vez que desenvolveu um estudo das flutuações da economia colonial e percebeu uma grande correlação com o mercado internacional, como era de se esperar, uma vez que para eles, a economia colonial não possuía autonomia em relação a economia da metrópole, que ditava os tipos de relações estabelecidas.

Essa visão de que o fim último da colonização é o comércio europeu, estabelecida por Caio Prado Júnior e aperfeiçoada por Celso Furtado, é contestada por outros autores, como é o caso de Fernando Novais (1995) e Jacob Gorender (1998), que assim como Caio Prado Júnior, adota o materialismo histórico marxista como metodologia de estudo, porém, para Gorender, o olhar necessário para entender a colonização, ao contrário do proposto por Caio Prado e Novais, deve ser de dentro para fora, ou seja, deve-se analisar primeiro o modo de produção, o escravismo. Assim como Gorender, Antonio Barros de Castro destaca a escravidão como objeto central da compreensão do sistema colonial. Castro defende que o sentido da colonização passa a ser a reprodução da sua própria existência, e resume sua argumentação em duas partes: a estrutura da economia colonial foi moldada pela produção de mercadorias (valor de troca e não apenas valor de uso) e a importância da escravidão (aspecto que o aproxima de Gorender). Portanto, para ele, o “sentido” como pensado por Caio Prado e Furtado, explica apenas a implementação do sistema colonial, mas a partir disso, se desenvolve um sistema colonial escravista que tem por objetivo a própria reprodução.

Analisando as diferentes visões, fica evidente um propósito e intencionalidade das metrópoles em ampliar sua área de influência econômica de maneira a melhor alcançar seus interesses. Porém, a partir do momento em que esse novo sistema é criado, o sistema colonial, ele se torna um objeto vivo, que por mais que a princípio seja dependente de seu criador, cada vez mais passa a ter suas próprias peculiaridades e necessidades. Fruto de um movimento externo, mas que possui suas próprias regras de produção e reprodução.

A partir da década de 1570, a Coroa portuguesa incentivou o uso da escravidão africana no Brasil, assim, segundo Thomas E. Skidmore (1998) na década seguinte, a média anual de escravos que chegaram ao nordeste brasileiro já era superior a 2 mil escravos. Por conta das péssimas condições na travessia do Oceano Atlântico, estima-se que metade dos escravos africanos morriam durante o

percurso. Escravos foram trazidos de várias partes da África, mas a parcela mais significativa foram aqueles trazidos dos grupos étnicos sudaneses e bantos. Sobre isso, Boris Fausto (2013) afirma que:

No século XVI, a Guiné (Bissau e Cacheu) e a Costa do Marfim, ou seja, quatro portos ao longo do litoral do Daomé, forneceram o maior número de escravos. Do século XVII em diante, as regiões mais ao sul da costa africana – Congo e Angola – tornaram-se os centros exportadores mais importantes, a partir dos portos de Luanda, Benguela e Cabinda. Os angolanos foram trazidos em maior número no século XVIII, correspondendo, ao que parece, a 70% da massa de escravos trazidos para o Brasil naquele século.

Os escravos tinham como principal destino, as lavouras no Nordeste. Por conta do clima propício, a composição do solo e a relativa proximidade com o continente europeu, as terras do Nordeste foram o local ideal para o agricultura da cana-de-açúcar, matéria prima do açúcar comum, que estava em alta demanda pelo mercado europeu. Ao longo do século XVI e XVII, os engenhos de açúcar do Nordeste se tornaram uma atividade extremamente lucrativa, durante esse período, a Europa vivia o auge do mercantilismo e países como Espanha, França, Inglaterra e Holanda implementaram projetos de expansão territorial competindo por terras e relações comerciais nas Américas, África e Ásia. A busca por uma participação nos lucros da atividade colonial levou à invasão do território brasileiro durante o ciclo do ouro pela França e Holanda.

A Coroa Portuguesa, ameaçada, decidiu por ocupar melhor o território brasileiro, desenvolvendo um sistema de capitanias hereditárias e sesmarias, que ficariam sobre o controle e proteção de nobres portugueses escolhidos pelo Rei. Essa estratégia, porém, não foi o suficiente, em meados do século XVIII Holanda e Inglaterra já haviam estabelecido engenhos próprios na região das Antilhas. A maior tecnologia no refino, aliado à proximidade com o continente Europeu deu uma vantagem significativa para esses países em relação ao comércio do açúcar e assim, ocorreu o declínio do ciclo do açúcar no Nordeste. (Klein e Luna, 2010).

A descoberta do ouro em Minas Gerais no final do século XVII deu novas forças para o modelo de produção escravocrata, entre 1716 a 1730, a produção de ouro na região das Minas Gerais ultrapassou 15,000 kg por ano. Além do tráfico negreiro, a população escrava cresceu com o próprio crescimento vegetativo, ou

seja, uma parcela significativa da população escrava era nascida no Brasil e não mais estrangeira. A necessidade de recursos para abastecer essa nova região desenvolvida tornou necessário uma maior integração da região das Minas Gerais com regiões próximas, como São Paulo e Rio de Janeiro, baseada na venda e compra de escravos.

O modelo de produção com base na escravidão, entretanto, começou a entrar em declínio no fim do século XVIII, em 1794 até então uma colônia francesa, o Haiti se tornou o primeiro país do continente americano a abolir a escravidão de negros durante a Revolução Haitiana. Ao longo do século seguinte, as pressões abolicionistas ganharam força como consequência do declínio do mercantilismo absolutista europeu, não coincidentemente a burguesia estava em ascensão na Europa. As revoluções burguesas assim como o processo de industrialização de países europeus exigiu uma renegociação da lógica global de produção.

Passado o período de acumulação primitiva de capital, agora os países industrializados estavam excedendo os limites do próprio mercado consumidor interno e assim se tornou necessário a expansão para novas regiões. A mão de obra escrava se mostrou incompatível com o sistema de produção industrial, pela necessidade de um maior mercado consumidor para as grandes potências da época, principalmente a Inglaterra, o exclusivo metropolitano, ou seja, o monopólio que a Coroa portuguesa tinha nas relações comerciais com o Brasil limitava o acesso da Inglaterra a esse mercado. Os ingleses embasados nos ideais liberais burgueses, que ganharam força com a Revolução Francesa (1789), iniciaram um movimento de auxílio aos países latino americanos na conquista da independência, principalmente nas Antilhas e no Brasil.

A dependência da Coroa Portuguesa a economia inglesa no final do século XVII e início do XVIII por decorrência da expansão da França napoleônica no continente europeu se tornou peça chave para as mudanças nas relações coloniais entre os portugueses e o Brasil. Em 1810 foi assinado o Tratado de Aliança e Amizade entre Portugal e Inglaterra, tratado esse que previa condições de comércio benéficas a Inglaterra com redução da carga tributária, mas também um comprometimento da Coroa portuguesa em abolir o uso da mão de obra escrava no Brasil. O próximo grande passo no processo de abolição ocorreu em 1850 com a Lei

Eusébio de Queiroz que encerrou de fato o tráfico negreiro. Em seguida, em 1871 foi aprovada a Lei do Ventre Livre, que concedia o status de livre para filhos e filhas de escravos, o que acabava com os meios de aumentar o número de escravos no país.

Em suma, 1872 foi o ano em que aconteceu o Censo Imperial que tomaremos como base histórica, ambos o tráfico negreiro e o nascimento de novos escravos já haviam sido proibidos, a classe política já antecipava o fim da escravidão como um fato inevitável, tanto pelos avanços citados da legislação interna do Império, como pelo cenário internacional, já que diversos países da América aboliram a escravidão de negros no decorrer do século XIX: Estados Unidos (1863), Venezuela (1854), Peru (1854), Argentina (1853), Colômbia (1851), Equador (1851), Uruguai (1842), Paraguai (1842), México (1829) e Bolívia (1826). Esse ano está justamente no final do período de organização de produção em torno da mão de obra escrava, por isso representa bem as características que foram resultantes desse sistema, ele servirá como base para entender quais são os legados deixados pela escravidão na atual organização social e econômica do país. Na próxima seção iremos apresentar dados socioeconômico tanto para 1872, a base histórica, como para 2010, que é o ano do último censo realizado pelo IBGE.

### **3 - DADOS**

O objetivo do estudo é analisar os impactos da escravidão nos níveis atuais de desigualdade, por isso foi necessário utilizar tanto dados históricos, como estatísticas atuais da população brasileira. Assim como utilizado em Fujiwara, Laudares e Valência (2019), iremos utilizar o Censo Imperial de 1872 como fonte dos dados históricos. Além disso, para as estatísticas atuais utilizaremos o Censo 2010 realizado pelo IBGE, uma vez que é o censo mais extenso, confiável e recente sobre a população brasileira.

O Censo Imperial de 1872 foi escolhido porque oferece dados a nível municipal sobre populações principalmente relevantes para a pesquisa como raça e status dos habitantes (escravos ou livres), além disso, oferece a equivalência entre as divisões dos municípios na época do Império e a atual divisão dos municípios do país. A medida de desigualdade que será utilizada é o índice de Gini da renda domiciliar per capita que é divulgada pelo Ministério da Saúde, e para capturar a presença de escravidão nos municípios foi utilizada a proporção de escravos sobre a população total. Serão incluídas outras variáveis para os atuais habitantes dos municípios, como nível de instrução, PIB per capita, estado civil e composição racial e de gênero.

A seguir iremos explorar as características socioeconômicas tanto para o ano de 1872, que serve como base histórica, como para 2010 que é a base mais recente divulgada pelo IBGE.

**Figura 1<sup>1</sup>**

<b>População</b>			
	<b>Observações</b>	<b>Total</b>	<b>Média</b>
População Total (1872)	641	9.947.753	15.519
População Livre (1872)	641	8.436.230	13.161
População de Escravos (1872)	641	1.511.523	2.358
População de Escravos % (1872)	641	15,2	15,2
População Total (2010)	5565	190.755.799	34.278
População Rural Total (2010)	5497	29.829.995	5.427
População Urbana Total (2010)	5565	160.925.804	28.917
População Rural % (2010)	5497	15,6	15,8
População Urbana % (2010)	5565	84,4	84,4

A partir da figura 1 podemos analisar alguns aspectos da população como um todo do Brasil. Em 1872 o Brasil contava com 641 municípios e uma população total de quase 10 milhões de habitantes, em média 15% da população dos municípios era composta de escravos, ou seja, o Brasil tinha 1,5 milhões de escravos em seu território. Desde então, o Brasil criou 4924 municípios e a população em 2010 era de aproximadamente 190 milhões de habitantes. A grande maioria desses habitantes, 84% residem em áreas urbanas e apenas 16% em áreas rurais.

---

<sup>1</sup> A tabela mostra dados gerais da população brasileira para os anos de 1872 e 2010. Fonte: Censo IBGE 2010 e Censo Imperial de 1872

**Figura 2**<sup>2</sup>

Grau de Instrução (2010)			
	Observações	Total	Proporção (%)
Sem instrução e fundamental incompleto	5565	54.326.934	49,2
Fundamental completo e médio incompleto	5565	16.175.958	14,7
Médio completo e superior incompleto	5565	27.123.438	24,6
Superior completo	5565	12.455.444	11,3
Não determinado	5565	296.868	0,3
Total	5565	110.378.642	100,0

A figura 2 contém dados sobre o nível de instrução dos brasileiros. Aproximadamente 50% da população brasileira não tem instrução, ou têm apenas o ensino fundamental incompleto. Mais da metade dos brasileiros não têm o ensino médio completo. Isso caracteriza a força de trabalho brasileira como desqualificada, como mencionado anteriormente, isso é consequência da posição do Brasil na divisão internacional do trabalho como uma economia que oferece principalmente *commodities* e produtos de baixo valor agregado. O impacto da educação nos salários é um fenômeno bem documentado na literatura econômica, especificamente no Brasil, é possível citar Menezes Filho e Teixeira (2012), que chegam à conclusão de que quanto maior o PIB do estado, maior a probabilidade de escolarização de seus habitantes, além disso, outro resultado importante que iremos explorar é o fato de homens brancos terem um retorno à educação maior do que segmentos da população de outros gêneros e raças, o que revela um componente de discriminação na desigualdade social brasileira.

<sup>2</sup> A tabela apresenta o grau de instrução dos brasileiros com 25 anos de idade ou mais. Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010



**Figura 3**

<b>Etnia (1872)</b>			
	<b>Observações</b>	<b>Total</b>	<b>Proporção (%)</b>
Branco	641	2.758.802	27,7
Preto	641	1.571.054	15,8
Pardo	641	3.295.464	33,1
Caboclo	641	303.910	3,1
Sem Declaração	641	2.018.523	20,3
Total	641	9.947.753	100,0

3

A figura 3 contém dados sobre a etnia dos brasileiros em 1872, na época, foram utilizadas 4 categorias: brancos, pretos, pardos e caboclos, além dos habitantes que não tiveram sua etnia catalogada. A categoria “Branco” engloba imigrantes europeus, ou filhos de pais europeus, a categoria “Preto” engloba africanos trazidos pelo tráfico negreiro, ou filhos destes africanos, a categoria “Pardo” descreve aqueles indivíduos frutos da miscigenação entre pretos e brancos e a categoria “Caboclo” engloba nativos indígenas, seus filhos e indivíduos frutos da miscigenação de indígenas e brancos.

É possível observar que pretos e pardos juntos eram aproximadamente 58% (5,77 milhões de habitantes) da população total do Brasil. Como mostrado na Tabela 1, no Brasil existiam cerca de 1,5 milhões de escravos, sendo 31% (466 mil habitantes) considerados pardos e 69% (1,05 milhões de habitantes) considerados pretos.

É importante ressaltar que etnia estava fortemente entrelaçada com status social, portanto as ferramentas da época não permitiam uma análise científica sobre a composição genética dos indivíduos e a classificação se baseava muito mais numa construção social subjetiva sobre o espaço que cada etnia ocupava na hierarquia social.

---

<sup>3</sup> Fonte: Censo Imperial de 1872. Disponível em:  
<<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>

**Figura 4**

Etnia (2010)			
	Observações	Total	Proporção (%)
Branco	5565	91.051.646	47,7
Preto	5564	14.517.961	7,6
Amarelo	5517	2.084.288	1,1
Pardo	5565	82.277.333	43,1
Indígena	4480	817.963	0,4
Sem Declaração	272	6.608	0,0
Total	272	190.755.799	100,0

4

A figura 4 contém dados sobre a etnia dos brasileiros em 2010, é possível notar que algumas das categorias foram alteradas. As categorias “Branco”, “Preto” e “Pardo” continuam, porém “Caboclo” foi substituído por “Indígena” e uma nova categoria “Amarelo” foi acrescentada, nesta nova categoria se enquadram descendentes de asiáticos, principalmente oriundos do Japão. A metodologia utilizada pelo IBGE é a de autodeclaração, ou seja, não existe nenhum critério a não ser como o próprio cidadão se identifica.

Analisando a diferença entre as figuras 3 e 4, podemos identificar certas tendências demográficas entre o fim do século XIX e início do século XXI. Houve um crescimento de aproximadamente 10% no número de brancos, isso pode ser explicado pelo influxo de imigrantes europeus no final do século XIX e começo do século XX, imigração estimulada pelo próprio governo brasileiro, através da Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração para a Província de São Paulo, fundada em 1871, e a Sociedade Promotora da Imigração em São Paulo fundada em 1866, que promoviam subvenção estatal, passagens gratuitas, recepção no porto, estadia e transporte até as fazendas de cafezais com objetivo de atender a demanda por trabalhadores brancos assalariados e gradualmente substituir a mão de obra escrava nas lavouras de café no Sudeste, além da indústria agropecuária no

<sup>4</sup> Fonte: Censo Demográfico do IBGE 2010

Sul. Segundo o Museu da Imigração de São Paulo, entre 1875 e 1900 mais de 803 mil imigrantes europeus chegaram em portos brasileiros.

Por outro lado, a participação dos pretos na população caiu mais do que a metade, de 20% para apenas 8%, isso pode ser explicado pelo fim do tráfico negreiro, principal fonte de novos pretos para o continente americano, e o processo de miscigenação o que significou que muitos filhos de pretos com brancos, passaram a se identificar como pardos. A grande quantidade de casamentos interétnicos, aliados com o estigma que a etnia preta carrega na sociedade brasileira foram os fatores que levaram ao crescimento de 38% para 43% da parcela da população que se identifica como parda.

O outro fluxo migratório muito relevante para o Brasil durante o século XX foi o de japoneses, classificados como “Amarelos” no Censo 2010 do IBGE. No final do século XIX o Japão entrou na era Meiji e como forma de lidar com os problemas de desemprego em massa de camponeses por conta da mecanização da agricultura e com os problemas de endividamento de cidadãos, por conta dos impostos passaram a serem cobrados em espécie ao invés de em espécie (produtos agrícolas) como acontecia anteriormente, o governo japonês adotou como política de estímulo a imigração através de parcerias com governos estrangeiros, como aconteceu com o Brasil. Assim como os italianos, o principal destino desses imigrantes foi a lavoura de café no Sudeste.

Os caboclos, que passaram a ser classificados como indígenas também sofreram com o influxo de imigrantes, uma vez que seu crescimento vegetativo não conseguiu acompanhar o crescimento acelerado da população baseado na imigração, apesar do número total passar de 304 mil para 818 mil habitantes, a representatividade dessa etnia sofreu uma queda significativa de 3% da população, para apenas 0,4% da população total.

**Figura 5**

<b>Dados Socioeconômicos (2010)</b>			
	<b>Municípios</b>	<b>Gini</b>	<b>PIB <i>per capita</i></b>
SC	102	0,494	7875,29
PR	217	0,542	6883,25
RS	185	0,547	10821,04
MS	1	0,550	58325,68
GO	15	0,559	14075,24
MG	184	0,563	9212,25
MT	22	0,565	11555,33
RO	293	0,569	24403,28
ES	143	0,572	10268,71
SP	75	0,577	11572,51
RN	167	0,607	10207,90
TO	141	0,610	19636,77
RJ	417	0,612	11011,02
PB	139	0,614	12461,74
AP	853	0,616	17930,04
PI	78	0,619	23363,57
CE	645	0,619	30235,81
PA	246	0,626	16252,39
BA	224	0,628	7074,28
SE	16	0,629	12346,00
MA	52	0,629	15079,69
AL	223	0,634	8481,83
PE	92	0,637	25461,20
DF	62	0,637	17158,31
AC	399	0,639	20804,17
RR	78	0,640	17767,98
AM	496	0,666	23609,90

5

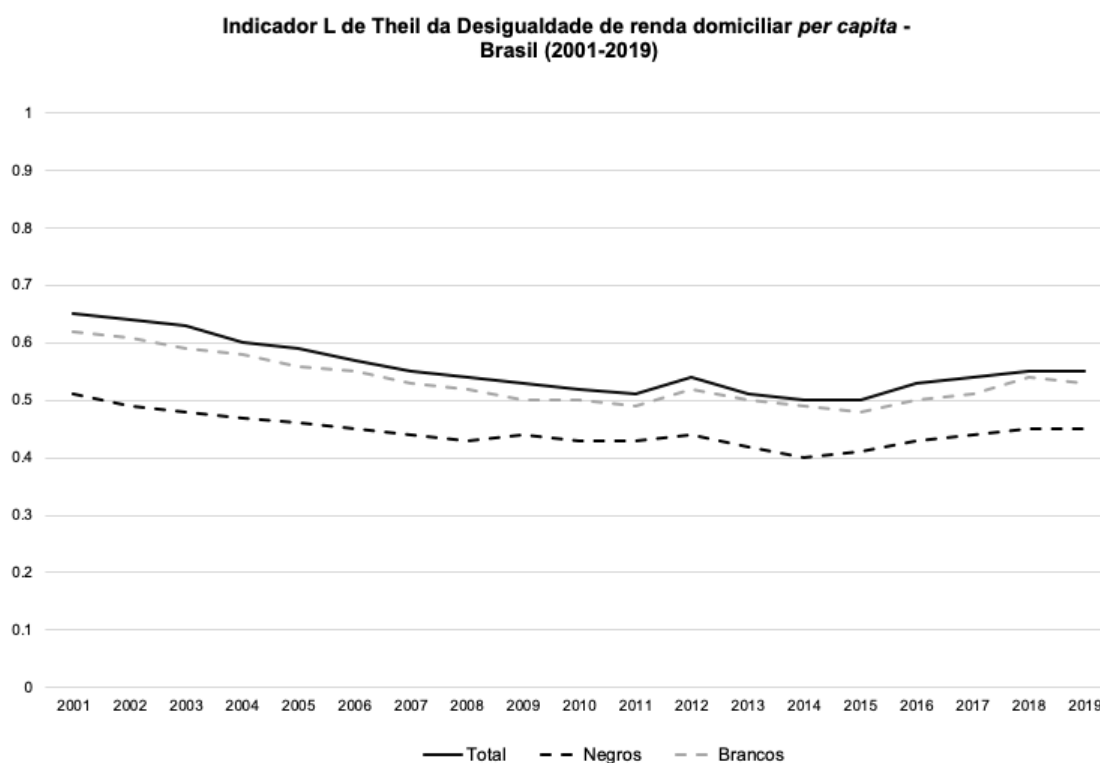
Na figura 5 estão apresentados dados do Índice de Gini e PIB *per capita* no ano de 2010 para todos os estados. Os que apresentam o índice de Gini mais elevado, ou seja, que têm maior desigualdade de renda estão localizados nas

<sup>5</sup> Índice de Gini calculado pelo Ministério da Saúde, disponibilizado pelo portal do DataSUS. Dados de PIB per capita disponibilizados pelo IBGE em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=downloads&c=1100015>

regiões Norte e Nordeste, com índices entre 0,60 e 0,70, já os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam índice de gini menor, entre 0,50 e 0,60 portanto, menor desigualdade de renda entre seus habitantes. Por outro lado, quando analisamos a variável PIB *per capita* notamos a tendência inversa. Os estados do Norte e Nordeste apresentam menor PIB *per capita*, aproximadamente entre R\$7.000 e R\$15.000. Enquanto os estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam PIB *per capita* maior, entre R\$15.000 e R\$30.000.

É possível notar uma correlação inversa entre PIB *per capita* e desigualdade, portanto quanto mais rico o estado, menor a desigualdade de renda de seus habitantes. É interessante destacar o caso do Distrito Federal, que apresenta PIB *per capita* maior do que qualquer estado, porém também apresenta o 4º maior índice de Gini. Isso pode ser explicado pelo fato de Brasília ter uma formação muito diferente do resto dos municípios brasileiros, uma vez que é uma cidade planejada, inaugurada em 1960 e que tem como principal atividade ser a capital política do país.

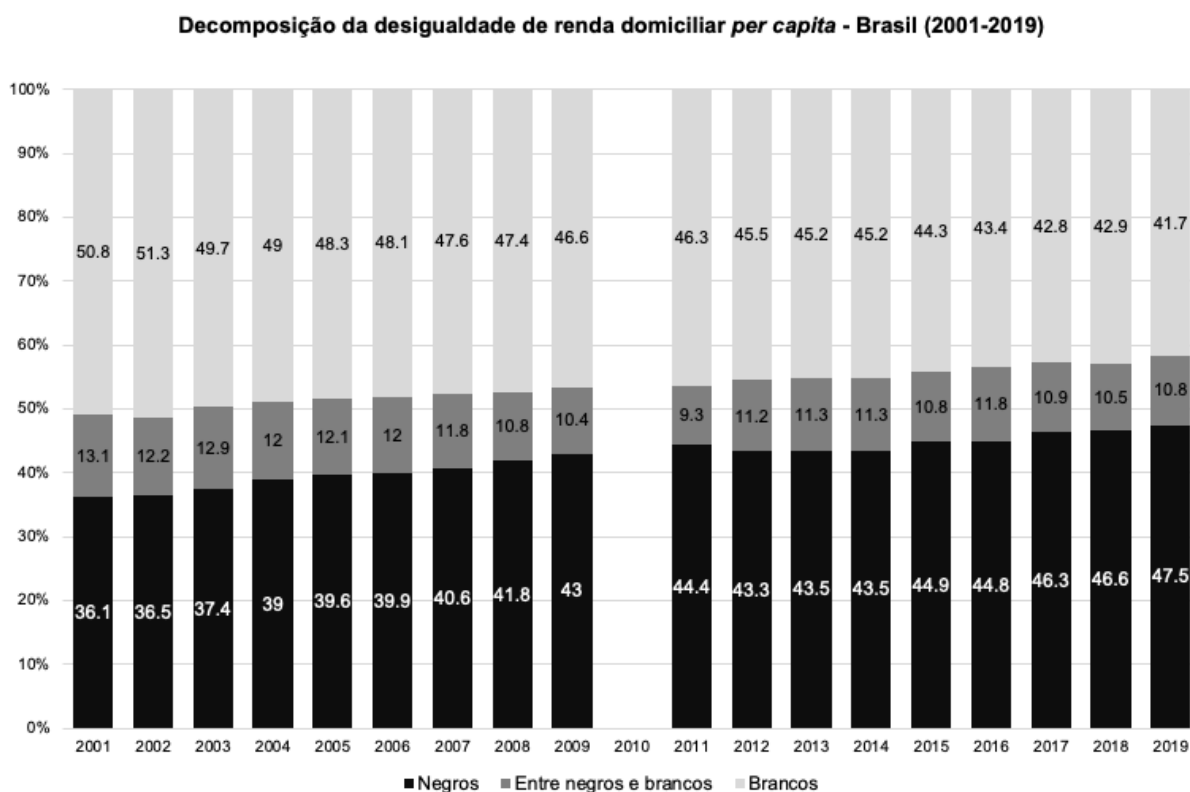
**Figura 6<sup>6</sup>**



<sup>6</sup> O índice de Theil é dado pelo logaritmo neperiano da razão entre as médias aritméticas e geométricas da renda familiar per capita média, calculado a partir dos microdados das PNADs 2001-2011 e microdados da PNAD Contínua 2012-2019.

A partir da figura 6 estão dados que dizem respeito a desigualdade de renda, objeto de estudo deste trabalho. Primeiro, iremos calcular a desigualdade de renda domiciliar medida pelo L de Theil, a partir dos microdados da PNAD e PNAD contínua entre 2001 e 2019. O indicador L de Theil permite avaliar a contribuição de diferentes grupos para a desigualdade total de uma amostra. Como a pergunta a ser respondida por este trabalho é o impacto da escravidão na desigualdade, iremos analisar então o impacto de dois grupos, para isso a desigualdade total foi dividida entre desigualdade entre negros e desigualdade entre brancos. É possível notar que durante este período, de 2001 a 2019, a desigualdade entre negros foi menor que a desigualdade entre os brancos, que por sua vez foi menor que a desigualdade total de renda no país.

**Figura 7**



A figura 7 mostra a decomposição da desigualdade de renda domiciliar medida pelo L de Theil, calculado a partir dos microdados da PNAD e PNAD contínua, sendo que a desigualdade total foi dividida entre desigualdade dentro negros, desigualdade entre negros e brancos e a desigualdade dentro brancos. Como é possível notar na figura, a desigualdade entre negros e brancos é responsável, em média, por volta de 10% da desigualdade de renda brasileira. Isso quer dizer, que se a média da renda entre negros e brancos fosse igual, mantidas as diferenças internas aos grupos, a desigualdade total do Brasil seria aproximadamente 10% menor. Também é possível notar uma tendência de aumento da importância da desigualdade entre negros e diminuição da importância entre brancos na composição da desigualdade geral de renda no Brasil, uma vez que a parcela de pretos (negros mais pardos) da população vem aumentando ao longo do tempo, apenas entre 2010 e 2018 passou de 51% para 56%, segundo o IBGE.

As figuras 6 e 7 apresentam o atual cenário da desigualdade do país. Em seguida, iremos apresentar a metodologia que será utilizada para avaliar o impacto que a escravidão tem na desigualdade nos municípios. Os resultados encontrados corroboram os dados apresentados e a literatura existente, uma vez que encontramos uma correlação positiva entre a presença da escravidão e a desigualdade de renda, além do reflexo dessa herança nos níveis atuais da desigualdade de renda entre as etnias.

#### 4 - METODOLOGIA

O objetivo deste trabalho é analisar o impacto da escravidão na desigualdade de renda dos municípios, dessa forma foram utilizados uma combinação de dados históricos com dados atuais das condições socioeconômicas dos municípios brasileiros. Foram realizadas uma série de regressões de mínimos quadrados ordinários para estabelecer correlação entre os níveis históricos da presença de mão de obra escrava, fornecidos pelo Censo Imperial Brasileiro de 1872, que contém dados sobre idade, sexo, etnia e status (livre ou escravo) dos 641 municípios. E para as características modernas, foram utilizados dados do Censo de 2010 do IBGE e dados do Ministério da Saúde. Cada regressão busca analisar e validar aspectos descritos pela literatura historiográfica acerca da utilização da mão de obra escrava no Brasil.

O próprio Censo do IBGE de 2010 fornece uma tabela com a paridade entre os municípios existentes em 1872 e as suas equivalências na atual divisão municipal do Brasil. O Censo Imperial de 1872 fornece dados sobre população livre e população de escravos, além de estado civil, gênero e proporção de alfabetizados de cada município. A partir da paridade feita pelo IBGE também foram adicionados os dados atuais desses municípios, como Índice de Gini da Renda per capita segundo o Ministério da Saúde, a composição étnica atual, grau de instrução dos habitantes maiores de 25 anos, PIB *per capita*, latitude e número de leitos hospitalares segundo o Censo do IBGE de 2010.

Com esses dados intertemporais dos municípios realizamos regressões múltiplas de mínimos quadrados ordinários para avaliar se existe alguma relação entre as variáveis históricas com as variáveis selecionadas para a situação atual dos municípios. Foram utilizados erros padrões robustos e para levar em conta a grande discrepância entre o tamanho dos municípios e portanto o impacto deles na desigualdade total, utilizamos a população total dos municípios em 2010 como peso amostral. Na próxima seção são apresentadas as regressões e seus resultados.



## 5 - RESULTADOS

Nesta seção iremos apresentar os resultados das regressões que analisam as relações entre presença da mão de obra escrava e desigualdade no Brasil.

**Quadro 1**

Variável Dependente	Gini 2010	Gini 2010
Proporção de Escravos	0,0671* (0,0365)	0,0723** (0,0352)
População Município 1872	4,1084*** (0,7385)	4,8673*** (0,7956)
Ln do PIB <i>per capita</i>	0,0471 (0,0735)	0,0249 (0,0726)
Ln <sup>2</sup> do PIB <i>per capita</i>	-0,0024 (0,0038)	-0,0011 (0,0038)
Latitude		-0,0036*** (0,0011)
Leitos Hospitalares 2010		-0,0007** (-0,0004)
Dummies para UF	Sim	Sim
Observações	5561	5561
R quadrado	0,493	0,502
Obs: Erro padrão robusto entre parenteses. Variável dependente é o Índice de Gini da Renda per capita em 2010 calculado pelo Ministério da Saúde.		
* Significante a 10%		
**Significante a 5%		
***Significante a 1%		

O Quadro 1 apresenta os resultados das regressões onde a variável dependente é o Índice de Gini. Na primeira iteração, foram usadas como variáveis independentes a proporção de escravos sobre a população do município em 1872, que captura a intensidade da escravidão naquele município, a população do município em relação a população total do país, que captura a prosperidade inicial e importância econômica daquele município, o logaritmo neperiano e quadrado do logaritmo neperiano do PIB per capita. Além disso, adicionamos para a segunda iteração mais duas variáveis, a latitude do município, como variável geográfica de controle e o número de leitos hospitalares presentes no município, que captura a situação do sistema de saúde do município. As duas iterações contam com dummies para os estados que os municípios pertencem em 2010.

O resultado mostra que quando controlamos para as variáveis socioeconômicas e geográficas, a presença da escravidão apresenta um impacto significativo e positivo na atual desigualdade de renda. É importante notar que em ambas as iterações, o Ln assim como o quadrado do Ln do PIB *per capita* não são significantes, ou seja, a impacto que a escravidão tinha na desigualdade dos municípios não é fruto apenas da riqueza monetária que a escravidão proporcionou aos municípios.

Os resultados está em linha com esperado, Bertocchi e Dimico (2014) e Soares et al. (2012) são trabalhos que também analisam o impacto da escravidão africana na desigualdade em países do continente americano. O primeiro, realiza uma análise econométrica do impacto da escravidão na desigualdade dos condados nos Estados Unidos, usando 1860 como ano base e comparando com os níveis de 2012, a conclusão desse estudo é que a presença de escravos tem um impacto positivo na desigualdade total e também na desigualdade entre raças nos Estados Unidos. O segundo *paper* adota um outro viés metodológico, os autores utilizam uma regressão com descontinuidade (RDD), onde analisam o impacto da longitude, ou seja, da distância do município ao meridiano utilizado no Tratado de Tordesilhas, na desigualdade de renda dos municípios brasileiros, esse trabalho chega a conclusão que a presença de escravidão tem um impacto positivo na desigualdade de renda e também que municípios que tinham uso mais intensivo de escravos ainda são mais ricos que os municípios mais recentes, característica que vamos analisar no próximo quadro.

**Quadro 2**

Variável Dependente	% Pretos 2010	% Pretos 2010
Proporção de Escravos	0,0598*** (0,0128)	0,0520*** (0,0118)
População Município 1872	0,4541 (0,9151)	0,3009 (0,9504)
Ln do PIB <i>per capita</i>	0,1117** (0,0489)	0,1238*** (0,0470)
Ln <sup>2</sup> do PIB <i>per capita</i>	-0,0054** (0,0025)	-0,0061** (0,0024)
Latitude		-0,0045*** (0,0008)
Leitos Hospitalares 2010		-0,0008 (-0,0002)
Dummies para UF	Sim	Sim
Observações	5561	5561
R quadrado	0,578	0,502

Obs: Erro padrão robusto entre parenteses. Variável dependente é a parcela da população do município que se identifica como preta segundo o Censo do IBGE em 2010.

\* Significante a 10%

\*\*Significante a 5%

\*\*\*Significante a 1%

O Quadro 2 apresenta as mesmas variáveis independentes, porém a variável dependente é a proporção de pretos na população do município em 2010, como era de se esperar a intensidade da presença de escravos tem uma correlação positiva com a atual presença de pretos. Portanto, existe uma herança das condições socioeconômicas que os escravos enfrentavam na atual condição da população preta.

A partir dos coeficientes do PIB *per capita* é possível concluir, que a presença da escravidão significa um aumento nas condições socioeconômicas daquele município, porém, os benefícios econômicos não foram bem distribuídos para a sua população. Os fluxos migratórios que foram estimulados diretamente pelo governo brasileiro como descrito na seção de dados, além de outros incentivos indiretos, como custo elevado de vida, oportunidades no mercado de trabalho, retorno menor a educação (citar estudo mecanismo de transmissão) são fatores que podem ter contribuído para que a população negra dos grandes centros econômicos, criados pelo modelo de colonização realizada pelos portugueses, permaneça em uma posição de desvantagem socioeconômica.

Tendo em vista a literatura histórica sobre a escravidão no Brasil, os resultados encontrados corroboram a noção de que a “mudança para permanência” é uma ferramenta muito utilizada na história do Brasil. Os grandes marcos de transição de interesse desse estudo, como a Independência do Brasil em 1822 e a abolição da escravidão em 1888, não tinham como objetivo ou finalidade de fato a melhoria nas condições daqueles afetados pelo sistema colonial escravocrata, mas sim foram uma readequação mais estética do que prática desses sistemas as mudanças e pressões do cenário global. Apesar da independência de Portugal, o Brasil manteve seu papel na divisão internacional do trabalho de produção de insumos agrícolas para a exportação, e apesar da abolição da escravidão, aqueles descendentes de escravos continuam sofrendo com a desigualdade causada por esse sistema.

## **6 - CONCLUSÃO**

Os resultados encontrados mostram que no Brasil o uso da mão de obra escrava deixou efeitos duradouros na sociedade e na economia, uma vez que o uso de trabalho escravo no passado é um fator determinante para o elevado nível atual de desigualdade que os municípios brasileiros apresentam. A formação econômica e social do Brasil foi marcada por atividades que causam concentração tanto de renda como de terra, a escravidão africana foi uma das principais características do sistema de produção colonial que esteve no cerne da formação enquanto estado do Brasil. Apesar das mudanças que aconteceram entre 1872 e 2010 no Brasil, ainda é determinante a bagagem histórica nas atuais condições socioeconômicas dos municípios e da população.

Este trabalho estabelece uma relação descritiva entre a escravidão no Brasil e a desigualdade, o próximo passo, se existe uma preocupação com a redução das desigualdades descritas neste trabalho, cabe a avaliação da efetividade das políticas públicas atuais e passadas que tem esse objetivo.

## 7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTOCCHI, Graziella e DIMICO, Arcangelo. "Slavery, Education, and Inequality." *Development Economics eJournal*, 2010.

DEININGER, Klaus e SQUIRE, Lyn. A new data set measuring income inequality. *World Bank Economic Review* 1, p. 565–591, 1996.

ENGERMAN, Stanley e SOKOLOFF, Kenneth. The evolution of suffrage institutions in the new world. *Journal of Economic History* 65, p. 891–921. 2005.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. Editora Ática. São Paulo, Brasil. 1992.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, p. 47, 2013.

FUJIWARA, Thomas, LAUDARES, Humberto and CAICEDO, Felipe. *Tordesillas, Slavery and the Origins of Brazilian Inequality*. 2017

FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 24 cd. São Paulo, Editora Nacional, 1991.

KLEIN, Herbert S, e LUNA, Francisco Vidal. *Slavery in Brazil*. Cambridge University Press. 2009.

LI, Hong, SQUIRE, Lyn, e ZOU, Heng-fu. Explaining international and intertemporal variations in income inequality. *Economic Journal* 108, p. 26–43. 1998.

LAGERLOF, Nils-Petter. Geography, Institutions, and Growth: The United States as a Microcosm. *Unpublished Manuscript, York University*, 2005.

NOVAIS, F A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). 1995.

NUNN, Nathan. The long-term effects of Africa's slave trades. *Quarterly Journal of Economics* 123, p. 139–176. 2008.

MENEZES FILHO, Naércio e TEIXEIRA, Wladimir. Estimando o retorno à educação do Brasil considerando a legislação educacional brasileira como um instrumento. *Revista de Economia Política*, vol. 32, p. 479-496, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1942.

SKIDMORE, Thomas E. Uma História do Brasil, Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 33. 1998.

SOARES et al, R. R. A note on slavery and the roots of inequality. *Journal of Comparative Economics* 40, p.565-580. 2012.